

ATA NÚMERO 198/XIII/3.^a SL

Aos nove dias do mês de maio de 2018, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

17.00

1. **Definição da metodologia para nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.^a (GOV) – “Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais”;**
2. **Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.^a (GOV) – “Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366”;**
3. **Ratificação da votação indiciária do Projeto de Lei n.º 90/XIII/1.^a (BE) – “Institui a obrigatoriedade das instituições bancárias refletirem totalmente a descida da Euribor nos contratos de crédito à habitação e ao consumo”;**
4. **Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 821/XIII/3.^a (CDS-PP) — “Cria um incentivo ao arrendamento habitacional, reduzindo a taxa de tributação autónoma, em sede de IRS, dos rendimentos prediais, resultantes de contratos de arrendamento para habitação, procedendo à alteração do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo decreto-Lei n.º 442- A/88, de 30 de novembro”;**
Autor: Fernando Anastácio (PS)

17.30

Audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

1. **Definição da metodologia para nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 121/XIII/3.^a (GOV) – “Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais”**

O PS, por intermédio do Senhor Deputado João Paulo Correia, propôs a realização de três audições: Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Secretário de Estado do Emprego e Associação Nacional de Municípios Portugueses. O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) concordou, referindo que a

um Grupo de Trabalho constituído no Governo que pode ser ouvido mais tarde, embora não no âmbito desta iniciativa legislativa.

2. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 123/XIII/3.ª (GOV) – “Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico dos serviços de pagamento de moeda eletrónica, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2366”

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) propôs que até 6.ª de manhã os GP indicassem propostas de audições, considerando que é fundamental analisar a proposta de lei, uma vez que se verificará uma grande revolução na banca, na concorrência e na proteção de dados pessoais nesta matéria. Suscitou a questão de ser ou não pertinente criar um Grupo de Trabalho.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) afirmou que, caso haja quatro ou cinco audições justifica-se a criação de um GT, pelo que propôs decidir-se já pela criação do mesmo e fixar o prazo para 6.ª, às 12 horas, para propostas de audições.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) indicou-se como membro do GT, na condição de suplente, e o Senhor Deputado Miguel Tiago na condição de efetivo.

3. Ratificação da votação indiciária do [Projeto de Lei n.º 90/XIII/1.ª \(BE\)](#) – “Institui a obrigatoriedade das instituições bancárias refletirem totalmente a descida da Euribor nos contratos de crédito à habitação e ao consumo”;

As votações indiciárias foram ratificadas em comissão. Os Senhores Deputados António Leitão Amaro (PSD), João Paulo Correia (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP) fundamentaram brevemente as suas tomadas de posição, que constam do [relatório de votações](#) da iniciativa.

4. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 821/XIII/3.ª (CDS-PP) — “Cria um incentivo ao arrendamento habitacional, reduzindo a taxa de tributação autónoma, em sede de IRS, dos rendimentos prediais, resultantes de contratos de arrendamento para habitação, procedendo à alteração do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo decreto-Lei n.º 442- A/88, de 30 de novembro”;

Autor: Fernando Anastácio (PS)

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou o parecer de que foi autor. O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) informou que tinham dado entrada duas iniciativas do PSD sobre matéria idêntica, sugerindo que se acrescentem os Projetos de lei n.º 864 e 866 às iniciativas pendentes (no

parecer). Defendeu também que, estando este projeto de lei na COFMA e os restantes, sobre matéria semelhante, na 11.ª Comissão, seria importante que houvesse coerência na distribuição das iniciativas.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) interveio no mesmo sentido, referindo que há várias iniciativas sobre esta matéria e é necessário estabelecer metodologias de apreciação comum.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) aceitou as alterações e o parecer foi aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente solicitou que se fizesse um apanhado destas iniciativas.

Procedeu-se ainda à votação do requerimento do PCP, já reformulado, que foi aprovado com os votos a favor de PSD, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS, verificando-se a ausência do BE.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) referiu que o requerido vai negar o acesso aos elementos pedidos, pelo que se percebeu da audição realizada de manhã, acrescentando que, se há barreiras legais, os Deputados devem começar a pensar em alterações legislativas.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) considerou as declarações do Governador do BdP esclarecedoras, rotulando a posição do PS como responsável. Aludiu aos impedimentos legais, nacionais e comunitários e registou o que entende como uma evolução da proposta do PSD (da CGD para uma vasta lista de bancos).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) defendeu a necessidade de alterações legislativas, recordando que esta discussão existe, de forma continuada, desde a CPI BPN.

17:30

Audição regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, à Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, enquadrando a audição no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, após o que deu a palavra à Senhora Ministra para uma alocução inicial.

Depois da intervenção da Senhora Ministra, em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Hortense Martins (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Senhora Ministra e ambos os Secretários de Estado respondido individualmente a cada uma das questões.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Ricardo Leão (PS) Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP). Na ronda adicional de 2 minutos, usaram da palavra os Senhores Deputados Álvaro Baptista (PSD), Paulo Trigo Pereira (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD),



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Hortense Martins (PS). A Senhora Ministra e ambos os Secretários de Estado responderam ao conjunto das questões colocadas.

A Senhora Presidente agradeceu a presença da Senhora Ministra e dos Secretários de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

A reunião foi encerrada às 20:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de maio de 2018

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 9 de maio de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
Fernando Virgílio Macedo
Jorge Machado
Jorge Paulo Oliveira
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá